



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8608 - Trabalho Completo - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

**PARQUE DEZ DE NOVEMBRO E PARQUE INFANTIL RIBEIRO JÚNIOR: CONTROLE DA CRIANÇA MANAUARA NA DÉCADA DE 1940**

Kelly Rocha de Matos Vasconcelos - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Pérsida da Silva Ribeiro Miki - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

### **PARQUE DEZ DE NOVEMBRO E PARQUE INFANTIL RIBEIRO JÚNIOR: CONTROLE DA CRIANÇA MANAUARA NA DÉCADA DE 1940**

#### **Introdução**

Este trabalho tem como objetivo compreender a política de Parques Infantis (PIs) no estado do Amazonas. O recorte temporal para este artigo, de 1940 a 1946, justifica-se em demonstrar os primeiros anos de implantação do Serviço de Parques Infantis em Manaus.

Os fundamentos metodológicos da história social e cultural permitiram estabelecer diálogos com a história política, com foco na infância manauara, em pleno Estado Novo. Além de fontes oficiais governamentais, documentos da imprensa, como os Diários Oficiais do Amazonas e as edições do Jornal do Comércio, entre os anos de 1940 a 1946, trouxeram informações sobre as políticas para a infância, criadas no Amazonas, com a da criação do Serviço de Parques Infantis em Manaus em 1940. Essa política, estava imbricada de alguns pensamentos vigentes à época, principalmente no controle do tempo livre da criança pobre, o higienismo e a educação cívica.

As pesquisas na historiografia brasileira sobre a história da infância amazônica ainda são tímidas e quase inexistentes, por isso, esse artigo contribui com os estudos nos campos da história da infância local e nacional, que provam a existência de Parques Infantis (PIs) no Amazonas na década de 1940, como espaços não-escolares, criados com a intencionalidade inicial de propiciar assistência às crianças pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade amazonense.

## Parques Infantis: Por quê e para quê?

A criação do serviço municipal de Parques Infantis em Manaus esteve relacionada às influências da América e, especificamente no Brasil, à política nacional de assistência e proteção à criança e aos adolescentes desfavorecidos economicamente, que em sua maioria, eram filhos de operários. O Serviço de Parques Infantis foi criado durante o período conhecido como Estado Novo, que vigorou entre 1937 a 1945. O objetivo era o de ocupar o tempo livre de crianças e adolescentes pobres com atividades diversificadas, durante o período em que não estavam na escola (KUHLMANN JÚNIOR, 2002; 2019; DALBEN, 2016).

A Política dos PIs em Manaus surge vinculada ao Juizado de Menores da capital, durante o Estado Novo, na década de 1940. Diante da aparente escassez de verbas públicas, o Juizado de Menores costumava solicitar contribuições da sociedade manauara para a realização e manutenção de seus projetos: “Muitas tem sido as adesões recebidas, o que se verifica pelas respostas ao justo apelo da justiça de menores em que o comércio e o povo em geral se compromete a contribuir mensalmente com determinada quantia.” (AMAZONAS, Juízo Privativo dos Menores, 18 de fevereiro de 1941, p. 1).

Dois documentos da década de 1940 revelam a política governamental dos PIs relacionada ao estado do Amazonas. O primeiro de caráter nacional, de Nicanor Miranda, intitulado *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos* (1941), que menciona a construção de um parque infantil na cidade de Manaus. O segundo documento, trouxe o Ato de criação nº 135 do Serviço de Parques Infantis na cidade de Manaus/AM, feito pelo Prefeito Antônio Botelho Maia, vinculado ao Juizado de Menores da Capital (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 19 de fevereiro de 1940, p. 3).

A intencionalidade de que o espaço seria destinado à recreação infantil e juvenil é revelada na exposição de autoria do interventor federal Álvaro Maia ao presidente Getúlio Vargas, informando que o Parque 10 de Novembro seria “destinado à cultura física da infância e da juventude, sem exclusão doutras finalidades recreativas puramente populares [...]” (AMAZONAS- Exposição 10/1939 – 05/1940, p. 41).

Observa-se que a educação das crianças nos Parques Infantis era um elemento que constituía uma política governamental e não se limitava ao assistencialismo, pois, como espaço público, interferia na condição de vida dos seus atendidos, trazendo um projeto voltado para a recreação e educação, com a intencionalidade de civilizar a criança.

Em Manaus, essa política talvez não tenha iniciado de forma a estabelecer uma prática consolidada, pois a direção do Parque Infantil (PI) deveria ficar sob a responsabilidade da psicologia infantil ou da pedagogia, porém sem remuneração. Cabia à prefeitura o fornecimento de “livro de registro, fichário, aparelhos de cultura moral, intelectual e física, e aparelhos de antropometria.” (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 19 de fevereiro de 1940, p. 3).

Para a construção do primeiro Parque Infantil no Estado do Amazonas, foi criado um Decreto-lei nº 139, de 31 de maio de 1940, que abriu crédito especial no orçamento vigente, para que o parque infantil fosse construído como “parte integrante do parque de diversões e educação física ‘10 de novembro’[\[1\]](#), que já estava em construção.” (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 31 de maio de 1940, p. 4).

A finalidade eugênica dos Parques Infantis foi explícita neste relatório de Antônio Botelho Maia após sua exoneração[\[2\]](#), a pedido, do cargo de prefeito de Manaus, dois meses após a criação do Serviço de Parques Infantis, onde Antônio Maia afirmou que o Parque Dez

de Novembro seria “um logradouro primordial ao repouso da população e à eugenia da nossa infância.” (AMAZONAS, Diário Oficial, 31 de maio de 1940, p. 5).

O controle de menores, ação do Juizado de Menores de Manaus, significou um projeto de reeducação para a infância, voltado à cidadania, com forte apelo militar. As ações foram constituídas da medição biométrica à prática de exercícios físicos.

No dia quatro de setembro próximo, às nove e meia, será feita a instalação, o juizado de menores, dos novos aparelhos de biometria, recém chegados, afim de que possa a justiça de menores controlar tecnicamente, os trabalhos de reeducação, bem como os exercícios físicos que serão levados a efeito, proximamente, no Parque Dez de Novembro, em face da criação dos serviços de parques infantis instituídos pelo prefeito (JORNAL DO COMÉRCIO, 31 de agosto de 1940, p. 1).

Antes mesmo de sua inauguração, em 1943, o “serviço de proteção aos menores” realizava em 1941 um “rigoroso controle entre os jovens frequentadores daquele logradouro público.” (AMAZONAS, Juízo Privativo dos Menores, 18 de fevereiro de 1941, p. 1). Esta informação nos indica que, mesmo antes da inauguração do Parque Dez, em 1943, o local já era frequentado pela população e que existia um trabalho de fiscalização específica para os frequentadores (jovens) daquele ambiente, sendo realizado pelo juizado. Tais características indicam um trabalho do Estado que aliava recreação e controle social do menor.

Ainda em 1941, foi criado o Serviço de Assistência Social do Estado do Amazonas por meio do Decreto-Lei nº 706, de 6 de novembro de 1941, anexo ao Juizado de Menores, e reconhecido pelo Interventor Federal em exercício Rui Araújo (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 07 de novembro de 1941, p. 2 e 3).

A criação de Parques Infantis se constituiu em uma política nacional. O interesse em mapear quantos parques infantis existiam no Brasil foi observado no documento intitulado “Situação da Educação Física nos Estados, segundo as respostas do Questionário de 1941”<sup>[3]</sup>, datado em 17 de julho de 1943. Lourenço Filho, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, apresentou ao ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, a existência de Parques Infantis nos estados do Pará (3 PIs), Maranhão (1 PI), Ceará (1 PI), Rio Grande do Norte (1 PI), Pernambuco (1 PI), Rio de Janeiro (1 PI), São Paulo (7 PIs na capital e cerca de outros 20 PIs no interior, mantidos pelas prefeituras), Paraná (17 PIs), Santa Catarina (25 campos para Educação Física), Distrito Federal (3 PIs) e no Rio Grande do Sul (50 PIs) (BRASIL, Ministério da Educação e Saúde, 1943, p. 11).

Assim, observou-se uma preocupação do governo nacional em monitorar a quantidade dos PIs espalhados pelo país que, mantidos pelas prefeituras, ocupariam o tempo livre das crianças com práticas desportivas e com a educação cívica, reforçando, assim, o sentimento de nacionalidade da criança para que ela se tornasse cidadã brasileira.

### **Parque Dez de Novembro de Parque Infantil Ribeiro Júnior**

O Parque Dez de Novembro, localizado à margem esquerda do igarapé do Mindu ocupava um espaço bosqueado de 50 hectares, onde seriam instalados aparelhos apropriados para a prática desportiva e recreativa para as crianças (AMAZONAS, Diário Oficial do

Estado, 10 de novembro de 1942

O Parque Infantil Ribeiro Júnior também já estava em construção e seria um “parque de diversões [...] entregue à petisada para ali realizar exercícios físicos e concentrações.” (AMAZONAS, Juízo Privativo dos Menores, 18 de fevereiro de 1941, p. 1).

Houve uma diferença significativa com relação às verbas públicas destinadas para a construção destes primeiros parques. Em 29 de novembro de 1941 era publicado o Decreto-Lei nº. 717 a designação de despesas para o ano de 1942 e que orçava apenas a quantia de 6:000\$000 destinada ao custeio do Parque Infantil Ribeiro Júnior. Com relação ao Parque “10 de Novembro” estavam reservados os seguintes valores: 535:520\$000 para aquisição de materiais, de 35:520\$000 para pagamento de pessoal responsável pela conservação e pelos melhoramentos, e de 150:000\$000 para a construção do Parque (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 29 de novembro de 1941, p. 3, 36, 40).

Além disso, o boletim da contadoria da Diretoria Geral da Fazenda Pública, do dia 25 de setembro de 1942, relatou que foi entregue ao senhor Dr. Osmar Pedrosa, Juiz de Menores em exercício na época, um duodécimo do Parque Infantil Ribeiro Junior, no valor de 1:000\$000. O investimento inicial para o Parque Ribeiro Júnior foi bem inferior em relação ao Parque Dez de Novembro.

A inauguração do Parque Dez de Novembro aconteceu em 19 de abril de 1943, no dia do aniversário do presidente Getúlio Vargas e contou com várias figuras políticas como o ex-prefeito Antônio Botelho Maia, o então prefeito Antovila Vieira e o engenheiro Deodoro Freire. O público de mais de 4 mil pessoas, prestigiaram o evento que teve como parte da programação sobrevoos e diversas competições como natação, remo e até pau de sebo, luta de travesseiros e pega porco (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 20 de abril de 1943).

As atividades realizadas no Parque Dez e divulgadas foram: comemorações carnavalescas, *pic-nics* promovidos por escolas e igrejas, e a instalação de um posto de alto-falantes da rádio Baré[4] em 31/12/1944, para transmissão de parte de sua programação (JORNAL DO COMÉRCIO, 1943-1944).

As evidências da existência do Parque Infantil Ribeiro Júnior[5] foram encontradas nos impressos do Diário Oficial do Amazonas, Jornal do Comércio e Correio da Manhã (Rio de Janeiro) a partir de 6 de setembro de 1944, quando foi mencionada a inauguração do velódromo Álvaro Maia, no recinto do Parque Infantil (AMAZONAS, Diário Oficial, 2/9/1944; JORNAL DO COMÉRCIO, 6/9/1944; CORREIO DA MANHÃ, 13/03/1949).

O espaço ocupava praticamente a metade do quarteirão do bairro Cachoeirinha. Por ser um bairro onde residiam muitos operários em virtude das fábricas ali existentes, em 1944 foi fundado o Círculo Operário de Manaus que tinha por objetivo “prestar pequenos auxílios à classe operária de Manaus, uma vez que não existia previdência social”, e por meio de contribuições mensais, os operários tinham acesso ao lazer e às assistências odontológica, médica e funerária (AMAZONAS, SECOM, 1987, p. 42).

Foram encontrados registros de corridas ciclísticas, corridas de motocicletas e patins, luta livre e lutas de box ocorridas no velódromo, que era dirigido por Deodoro Freire, além de comícios, sendo o último, organizado pelo Governo do Estado, em apoio ao candidato à presidência da República General Eurico Gaspar Dutra[6] (JORNAL DO COMÉRCIO, 1945 - 1947).

Em 1946 o PI Ribeiro Júnior passou por uma reforma, onde foi descrito como “magnífica praça de esportes”, com revestimento de cal (caiações), trabalhos de pintura

divulgados, além de construção de bancos circulares. Na ocasião foi solicitado que anunciantes se dispusessem em investir no parque:

Estivemos em visita a magnífica praça de esportes da Cachoeirinha e ali assistimos a vários trabalhos em andamento, tais como pinturas e caiações, preparo do parque que está passando por uma reforma digna, retoque em toda a raia de corrida, construções dos bancos circulares das curvas Aliança Capitalização e Guaraná Baré bem como os serviços sanitários que este ano apresentarão uma iniciativa a altura de um estabelecimento que se destaca como único em todo o Brasil.

Pena é que não disponha de meios financeiros capazes a um serviço mais rápido, abrangendo outros setores, a direção do V.A.M. faria talvez um milagre aos afeiçoados do ciclismo uma obra modelar. Continua o pedido de anúncios no recinto do Parque (JORNAL DO COMÉRCIO, 14 de junho de 1946, p. 4).

O V.A.M, citado no Jornal do Comércio, foi o Velódromo Álvaro Maia que pertenceu ao Parque Infantil Ribeiro Júnior. As práticas desportivas e culturais no velódromo transparecem que o espaço foi utilizado com uma diversidade de atividades direcionadas.

### **Considerações finais**

Ao analisar a história da educação da infância no Amazonas observamos que “Por trás dessa história invertida, e ao mesmo tempo fragmentada- já que, fazendo-se pelos indícios, ela multiplica os pontos de observação-, também surgem os problemas materiais e a crise de consciência da sociedade em que se escreve.” (SCHIMITT, 2005, p. 352).

Por isso, constatamos que a inauguração destes espaços, com destinação inicial à criança operária e menores desvalidos[7], foi tomando outras configurações com o passar do tempo. Parece que estes espaços foram ocupados posteriormente por classes mais abastadas, o que levanta a questão das políticas públicas frente à formação de cidadania e à garantia do acesso da criança pobre a atividades de lazer.

Isso nos permitiu realizar uma análise das inaugurações destes espaços de recreação e lazer que, propositalmente, ocorreram em datas significativas, promovendo e reforçando a estrutura do governo vigente: o que pôde ser observado no primeiro parque, tanto na escolha do nome do Parque Dez de Novembro, como na sua data de inauguração (o aniversário de Getúlio Vargas), quanto na escolha do nome do segundo parque Ribeiro Júnior, que foi uma homenagem póstuma a um militar.

Portanto, a grande força política imposta pelo Estado Nacional ao Amazonas, com a finalidade de garantir a defesa do território e a amplitude da capacidade de dominação deste e de seus ocupantes, utilizou a educação para controlar a grande massa populacional, inclusive os menores, promovendo políticas de controle, transvertidas como educacionais e assistencialistas, que fossem bem aceitas pelo povo.



## Referências

AMAZONAS, Juizado Privativo dos Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Terça-feira, 18 de fev. de 1941, ANO III, número 105. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

AMAZONAS. **Exposição do Interventor Federal**. 10/1939 – 05/1940.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 19 de fevereiro de 1940, ano XLVII, número 13365. Estado Federal do Amazonas, p. 3.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sexta-feira, 31 de maio de 1940, ano XLVII, número 13447. Estado Federal do Amazonas, p. 4.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sexta-feira, 07 de novembro de 1941, ano XLVIII, número 13880. Estado Federal do Amazonas, p. 2-3.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sábado, 29 de novembro de 1941, ano XLIX, número 14169. Estado Federal do Amazonas, p. 3, 36, 40.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Terça-feira, 10 de novembro de 1942, ano XLIX, número 14169. Estado Federal do Amazonas, p. 10-11.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Terça-feira, 20 de abril de 1943, ano L, número 14304. Estado Federal do Amazonas, p. 1-2.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sábado, 2 de setembro de 1944, ano IJ, número 14709. Estado Federal do Amazonas, p. 7.

AMAZONAS. **Cachoeirinha**. Secretaria de Estado de Comunicação Social/Coordenadoria de Relações Públicas (SECOM). Manaus, 1987. (Bairros de Manaus-4).

AREND, S. M. F. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In: (ORG.), Renato Pinto Venancio. **Uma história social do abandono de crianças: De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda/ Editora Puc Minas, 2010. p. 339-359.

BAZE, A. **Nas curvas do tempo**. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2011. 112 p. (Coleção Pensamento Amazônico. Série André Araújo. V.6).

BITTENCOURT, A. **Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BRASIL. Ministério da Educação e da Saúde. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Situação dos Estados segundo a resposta ao Questionário do Ministério, em 1941**. Julho de 1943. Disponível em: [http://docvirt.com/docreader.net/ARO\\_GC\\_G/1036](http://docvirt.com/docreader.net/ARO_GC_G/1036).

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 13/03/1949.

DALBEN, A. Notas sobre a cidade de São Paulo e a natureza de seus parques urbanos. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.3-27, 11 dez. 2016. Trimestral. Universidade Estadual de Campinas.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus-AM. 1940-1946.

KUHLMANN JÚNIOR, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JÚNIOR, M.; FREITAS, M. C. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Parque Infantil: a singularidade e seus componentes. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 35, n. 77, p. 223-244, out. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.68371>.

SCHIMITT, J. A História dos Marginais. In: GOFF, J. L. **A História Nova**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 352-383.

**Palavras-chaves:** Parques Infantis, História da Educação, Manaus.

[1] O nome foi escolhido em homenagem ao Estado Novo, que tinha seu aniversário comemorado nas publicações oficiais do país na época.

[2] A exoneração do prefeito Antônio Botelho Maia se deu “em virtude de ir assumir o cargo de fiscal do imposto do consumo em Recife, para onde fora promovido. Assumiria então a prefeitura Dr. Paulo de La Cruce Marinho, secretário da prefeitura (JORNAL DO COMÉRCIO, 09 de julho de 1940. p. 1).

3. Documento do acervo do *site* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.

[4] Rádio fundada em 1939 por Lizardo Rodrigues, pertencendo em 1945 aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Durante o Estado Novo da Era Vargas, a “instrumentalização dos meios de comunicação de massa em operação no País, o Governo Federal motivou indiretamente a diversidade não só da programação das estações de rádio, mas também jornalística colocada em prática na época” (BAZE, 2011, p. 126).

[5] Alfredo Augusto Ribeiro Junior (1887-1938), enquanto tenente esteve à frente da Revolução de 1924 do Amazonas, chegando a assumir o governo por cerca de um mês até ser preso em agosto de 1924. Em 1927 foi solto; em 1934 foi eleito deputado federal no Amazonas e em 1937 é ordenado para retornar ao exército, “Endeusado, freneticamente por muitos, e numerosas vezes infringente do código militar” (BITTENCOURT, 1973, p. 437).

[6] Presidente do Brasil entre 1946 a 1951.

[7] Arend (2010) elucida que estes denominados desvalidos eram os “[...] ‘inválidos da Pátria’, as ‘moças pobres’, os mendigos, os cegos, os surdo-mudos, os ‘psicopatas’, os tuberculosos, os ‘morféticos’, os que necessitavam de ‘regeneração social’ e a infância. (p. 347- 348).